

TURISMO COMUNITÁRIO: reflexões teóricas e conceituais¹

Adjane de Araújo Machado (PPGA/CCHLA/UFPB)

Palavras-chave: Turismo, comunidades tradicionais, contradições teóricas.

Introdução

Defendido no rol de novos valores e como uma nova ética de desenvolvimento turístico (Irving, 2010), o turismo comunitário surge em defesa de territórios e culturas pertencentes a comunidades que, devido às ausências históricas de políticas públicas, buscam uma alternativa de protagonismo socioeconômico através da atividade (Oliveira, Diógenes e Almeida, 2021; Vera, Garcia e Campos, 2020). São comunidades de pescadores, ribeirinhas, pequenos agricultores, artesãos, populações quilombolas e/ou indígenas que desenvolvem práticas de lazer e hospitalidade relacionadas à natureza e aos elementos culturais, materiais e imateriais, da coletividade, além de complementarem suas produções de subsistência e artesanais.

Tal proposta diferenciada de exploração turística, de um lado chama a atenção para a autogestão comunitária, a geração de benefícios socioeconômicos, a valorização cultural e o discurso da sustentabilidade (Lima, Irving e Oliveira, 2022). Por outro lado, apresenta contextos que instigam análise, tais como a participação de agentes externos no projeto comunitário (Neudel, 2015); a ideia de população tradicional fixada no tempo e no espaço em oposição à modernidade; a construção da autenticidade cultural com uma visão estereotipada para atender as representações turísticas (Shuaipi, 2013); e a perspectiva de trocas entre visitantes e visitados sem levar em consideração a noção de justaposição, podendo perpetuar elementos da colonialidade.

Nesse contexto, o objetivo desse artigo é propor uma discussão em torno de termos comumente associados ao referido modelo turístico, tais como protagonismo social, modo de vida tradicional e resistência cultural, a fim de traçar novos apontamentos sobre a organização e prática da atividade. Para tanto, proponho uma revisão sistemática da literatura com ênfase nas principais dimensões teóricas e conceituais, a fim de contribuir na construção de um debate crítico acerca do tema, principalmente diante da predominância de pesquisas acadêmicas focadas em atribuir um entendimento valorativo à atividade sem, muitas vezes, levar em consideração as

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

complexas relações existentes no interior dessas comunidades. É importante ressaltar que essa discussão não pretende inviabilizar o turismo comunitário enquanto alternativa de renda e/ou estratégia de autonomia das populações envolvidas, apenas pretendo abrir novas reflexões que incentivem um diálogo mais consistente a respeito do turismo sob a égide dos termos solidário, sustentável e humano.

Autogestão e Protagonismo Social

As interfaces existentes na cadeia produtiva do turismo comunitário acontecem no auge da expansão do turismo global contemporâneo, no entanto, uma das principais premissas ligadas à atividade é o fato da mesma se apresentar como um contraponto ao padrão da indústria turística pois, segundo autores (Irving, 2010; Sales e Salles, 2011), aproxima-se do que se pode esperar do conceito de sustentabilidade, busca um padrão mais justo e solidário para dinamização de benefícios econômicos, garante a permanência das comunidades no território e fortalece a resistência contra modelos produtivos injustos e predatórios.

Na análise das experiências (Medeiros, Azevedo e Farias, 2023; Santos, Nascimento e Araújo, 2023; Oliveira, Diógenes e Almeida, 2021; Vera, Garcia e Campos, 2020) destacam-se histórias de luta e resistência das comunidades diante da construção de barragens, de parques eólicos, do avanço da especulação imobiliária, da agricultura intensiva, da carcinicultura, da consolidação de Unidades de Conservação, entre outros processos que não reconhecem a conexão com o território e a participação política dessas comunidades. Nesse cenário, surge a narrativa do turismo como um aliado na conquista da terra, na preservação dos ecossistemas, na valorização da cultura, na potencialização das diversas formas de produção e no fortalecimento identitário dos grupos sociais, desde que seja desenvolvido nos moldes de uma atividade comunitária.

Para tanto, a perspectiva da autogestão turística se define pela participação dos atores locais em todas as etapas do processo de planejamento e execução do projeto (Irving, 2010), envolve cooperação, solidariedade e justa distribuição dos resultados (Sales e Salles, 2011) além de tomadas de decisões democráticas, pelas quais as comunidades ganham força para reivindicar direitos políticos, ativar o capital social e atingir benefícios de forma sustentável (Faxina e Freitas 2020).

Considerando que a autogestão e o protagonismo social são colocados como a base do turismo comunitário, os relatos da participação de ONGs com financiamentos

internacionais e cursos de capacitação (Cãnada Mulor, 2014), de Institutos de Educação Superior-IES com atividades de pesquisa, ensino e extensão (Medeiros et al., 2023) e a publicação de editais de chamada pública por parte dos órgãos estatais (Santos et al. 2023), demonstram a atuação de agentes externos na articulação dos projetos. Tais dinâmicas, de um lado, acontecem como forma de incentivo e apoio, mobilizando a comunidade na construção de inventários turísticos, na participação de reuniões e encontros coletivos, além das ações de planejamento e a oferta de cursos de capacitação profissional. Por outro, podem representar interesses externos em abrir novas fronteiras para um fluxo turístico que se articula com a cadeia produtiva global da atividade.

Sotomayor e Cueva (2020), por exemplo, citam que o maior custo de uma viagem, normalmente, é com a compra da passagem aérea, sendo as companhias aéreas as principais beneficiadas economicamente com o turismo, independente da modalidade. Há ainda a comercialização de pacotes turísticos em agências e operadoras de viagens de alcance internacional, com a inclusão das experiências do turismo comunitário, diversificando a oferta de atrativos e as estratégias de marketing, bem como, o aproveitamento de recursos públicos por parte dos agentes externos que pleiteiam, como proponentes, os projetos de turismo a serem executados nas comunidades.

Essa articulação envolve questões complexas em relação ao modelo comunitário, sobretudo pelo fato das comunidades serem inseridas numa organização social de trabalho, pois, surge o questionamento se esse projeto leva em consideração a percepção das comunidades sobre o significado de condições e/ou qualidade de vida e a associação desses construtos com a ideia de trabalho, renda e tempo destinado à execução do trabalho. A descrição da demanda de novas atividades para os moradores locais, relacionadas à hospedagem, alimentação e outros serviços de hospitalidade ao visitante, combinadas com as tarefas comuns na rotina das famílias, demonstra a lógica de uma nova divisão do trabalho, o aumento de jornada de trabalho e a dinamização de nexos monetários advindos do turismo.

A esse respeito, Cãnada Mulor (2014) menciona nas comunidades rurais de Costa Rica, Nicarágua e El Salvador, Neudel (2015) cita numa comunidade localizada na área ecológica da Yunguilla/Equador, Adell e Ochoa Ochoa (2020) mencionam sobre os povos indígenas no Alto Nangaritza/Equador, a pouca experiência das comunidades na organização e na prática do turismo, a dependência de instituições externas para planejar a atividade, a necessidade de um esforço coletivo para manter o turismo

gerenciando os microcréditos, os excedentes e a divisão de trabalho, o desacordo com as famílias que não desejam participar do projeto, a potencialização do individualismo e o enfraquecimento das práticas rituais e simbólicas que possuem valor comunitário.

No Brasil, Medeiros et al. (2023) citam nas comunidades extrativista de Batoque e Canto Verde/CE as mesmas dificuldades para dividir os ganhos econômicos como todos que participam do projeto, a abertura de pousadas, por parte de algumas famílias, aos fluxos do turismo de massa sem a perspectiva comunitária e algumas desavenças internas entre as comunidades, a respeito da criação de uma Reserva Extrativista, que impactou as decisões a respeito do turismo comunitário. Da mesma forma, Assis (2022) menciona na comunidade ribeirinha no oeste do estado do Pará, o aumento da jornada de trabalho para os moradores locais, a ausência de autonomia na gestão do turismo, a sazonalidade turística impossibilitando a segurança financeira e a necessidade da manutenção das atividades produtivas tradicionais como referência de atratividade.

Os exemplos mostram que as definições de autogestão e protagonismo social não dão conta das complexidades internas existentes e que o turismo, enquanto alternativa socioeconômica, insere as comunidades numa atividade produtiva, cujos fios se ligam à indústria turística que possui ampla liberdade para se beneficiar dos atributos do turismo comunitário. Essa relação entre capital-trabalho é uma discussão sugerida por Tavares (2004), que mostra a tendência flexibilizadora em inserir os indivíduos - e aqui incluo as comunidades - em atividades econômicas com seus meios de produção, seus recursos locais e conhecimentos necessários, na condição de trabalhadores autônomo, microempreendedores, associados e cooperativados, a fim de criar a ilusão de inserção numa atividade econômica global, induzir os trabalhadores a acreditarem que podem assegurar alguns mecanismos de proteção social, além de transferir para os mesmos a responsabilidade de superar problemas estruturais não atendidos pelo Estado.

É nessa lógica, que no âmbito da indústria turística, facilmente uma comunidade, um território e/ou localidade tem potencial para o desenvolvimento de práticas relacionadas ao lazer, às festas populares, à gastronomia, ao ecoturismo e outras tipologias. Idealmente, o discurso teórico defende a participação e autonomia como forma de viabilizar o poder decisório, a respeito da inserção do turismo no espaço sócio-cultural-comunitário. Contudo, o projeto envolvendo a definição e a descrição de comunidades no contexto de solidariedade, vida em comum e sustentabilidade, reflete a construção simbólica de comunidade tradicional em oposição à sociedade moderna, a

fim de criar uma modalidade turística por uma suposta oposição ao turismo global contemporâneo.

O enfoque sobre cultura e comunidade tradicional

No cenário dessas oposições, outra importante característica do turismo comunitário é a ideia que o projeto proporciona trocas culturais entre as comunidades e os visitantes (Lima, et al. 2022). Essa relação entre os de dentro e os de fora é destacada como uma interculturalidade, cuja característica é descrita por uma comparação ao turismo de massa, na qual o turismo comunitário é evidenciado (Oliveira et al. 2021; Farias, Medeiros, Oliveira e Ferreira, 2022) por princípios que buscam a valorização dos modos de vida tradicionais, a preservação das atividades cotidianas, a permanência e a conexão com o território local, as raízes culturais e a identidade.

Na análise da literatura sobre a temática, a agricultura familiar, a caça, a pesca, o artesanato, além de outros aspectos ligados à cultura e natureza, formam o perfil de atividades que se compreende como tradicional, associado a modos de vida que representam alteridade e, conseqüentemente, atração turística. Essa é a condição principal que caracteriza o turismo comunitário como um contraste ao turismo convencional e, nesse contraponto, a ideia de comunidade tradicional, como diz Bauman (2003, p.9), carrega o significado de uma sensação boa, soa como acolhimento, sentimento de pertencimento, territorialidade, “tudo aquilo de que sentimos falta”.

Aqui, coloco como importante as discussões sobre as dicotomias entre tradição e modernidade de Ingold, uma vez que, em termos genéricos a ideia de comunidade tradicional é colocada dentro de uma cultura particular, cujas características são distintas dos padrões culturais predominantes da sociedade. Ingold (2010; 2000) considera as clássicas dicotomias acadêmicas como uma convenção do ocidente, a partir da qual a explicação de cultura através de linha cronológica de fatos históricos e com um repertório de saberes e fazeres transmitido e acumulado ao longo das gerações, possibilita a interpretação do tradicional como algo fixado no tempo e no espaço, ao passo que o moderno é visto como reflexo de avanço e movimento.

O autor problematiza a contribuição cognoscível de uma geração para outra e afirma que a transmissão cultural não é uma representação que passa de um indivíduo para outro, não é uma transcrição automática ou uma imitação, pois trata-se de um redescobrimto dirigido, uma criação incorporada de percepção e ação (Ingold, 2010).

Na etnografia do povo Sami, no extremo norte da Finlândia, Ingold em parceria com Kurtilla (2018) quebra esse conteúdo cultural acumulado e adquirido. Os autores descrevem os modos de vida e os conhecimentos tradicionais relacionados com um engajamento prático e contínuo da comunidade com o meio ambiente, no qual a habilidade de conhecer e as interações entre cultura e natureza, produzem saberes que são gerados e regenerados no habitar, na forma de ver e sentir o local e o mundo. O que significa, segundo Ingold e Kurtilla, que a comunidade pratica a sua cultura e produz o conhecimento através da sua experiência com a coletividade e o seu entorno, isto é, a comunidade não está reproduzindo técnicas e aprendizagens dos antepassados, não está resistindo à modernidade, repetindo uma cultura ancestral ou os modos de vida da tradicionalidade.

A interpretação dos autores, permite entender como o discurso do turismo comunitário, ao ressaltar a valorização cultural a partir do resgate dos costumes e das tradições, da continuidade do legado étnico e da preservação do patrimônio material e imaterial, reproduz a oposição entre o tradicional e o moderno e direciona o olhar de comunidade para o passado, desconsiderando o conhecimento, as técnicas e as habilidades em contínuo processo de ação e transformação. No entanto, são essas expressões de oposição que geram o entendimento de que as comunidades podem se valer do turismo como forma de resistência cultural, além de favorecerem a associação da atividade com o discurso da sustentabilidade, cujo *status quo* figura na ideia de sustento, de manutenção e permanência.

Grunewald (2015) em sua etnografia sobre as relações dos indígenas Pataxó com os fluxos turísticos no Litoral Sul da Bahia, relata a criação de espaços específicos por parte da comunidade, para a encenação de uma indianidade a fim de comercializar produtos e profissionalizar a interação com turistas. Segundo o pesquisador, inicialmente os indígenas se organizaram para a venda de artesanato e, em seguida, passaram a diversificar os atrativos com apresentação de danças e músicas, palestras sobre plantas medicinais, diversão com arco e flecha, pintura corporal, trilhas na mata, visitação a cabanas para rituais sagrados e xamanismo. Essa produção turística, para Grunewald (2015), apesar da aparência comercial, promoveu a criatividade e o resgate cultural dos Pataxó, gerou renda, transformou os indígenas em empreendedores e consultores turísticos para outras comunidades, além de ter incentivado um projeto sustentável configurado pelos próprios atores locais.

Grunewald interpretou essas novas formas de etnicidade - face ao fenômeno do turismo - como interações diferentes do colonialismo, uma vez que, os espaços de encenação turística estariam distantes das intimidades domésticas dos indígenas. No entanto, satisfazer o imaginário de turistas, colocar as comunidades no passado e promover uma relação de atratividade entre uma cultura dominante e uma cultura dominada faz parte da ordem ideológica dominante.

O gosto, a preferência e o interesse turístico por aventura-se em territórios que abrigam grupos sociais com história e modos de vida diferentes é interpretado como uma empatia, uma fusão de conhecimentos e uma interação para trocas culturais, como se fosse possível, através do turismo, reverter ou diminuir os conflitos socioambientais que fazem parte da história dessas comunidades. No entanto, esse encontro foi conceituado como uma zona de contato por Mary Pratt (1999), quando a autora escreveu sobre as relações do ocidente no século XVIII com outras partes do mundo mediante o relato de viagens. Segundo a autora, os viajantes europeus construíram laços sociais por linhas de diferenças, de hierarquias e de pressupostos conflituosos ou ideias não compartilhadas com os visitados.

Nessa relação criada na zona de contato, Mary Pratt (1999) argumenta que o encontro faz parte do discurso colonial, pois a diferença e a invisibilidade de grupos subalternos só existem na co-presença. Concomitantemente, é a partir do fluxo de interação e comunicação que o encontro, entre colonizados e colonizadores, sinaliza uma tentativa de dissolver hegemonias culturais e dar visibilidade aos grupos colonizados, sob a retórica de pertencimento, diversidade, multiculturalismo e outros direitos. Em outras palavras, o que se vê é construído de fora para dentro, e a Europa, o imperialismo e o primeiro mundo são impensáveis sem levar em consideração as conquistas, as apropriações de recursos e saberes, bem como, as relações de justaposição estabelecidas nas zonas de contatos (Pratt, 1999).

A perspectiva crítica de Mary Pratt também contribui para pensar os discursos que, atualmente, atravessam a organização e prática do turismo comunitário, uma vez que seu formato proporciona o encontro, a abertura de fronteiras e as articulações com a indústria global que cria movimentos, viagens e diversos tipos de turismo. Vale considerar que outras atividades políticas e econômicas, desenvolvidas ao longo da história, são ainda exploratórias e tornam o projeto colonial ainda um projeto dominante, o que reforça o discurso da interação intercultural como parte desse encontro que coloca em contato comunidades separadas histórica, política e

geograficamente de sujeitos, turisticamente, interessados em conhecer a alteridade daqueles que, segundo Mary Pratt (1999) moldam as formas como se auto-representam e como representam outras sociedades para si mesmas.

Considerações Finais

Em termos pragmáticos, o que configura o turismo comunitário é um diálogo de agentes externos sobre a organização e prática da atividade, a partir da perspectiva da autogestão, da resistência cultural e da sustentabilidade, como forma de mover as comunidades a uma via de melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, garantir o acesso à saúde, educação, infraestrutura, empoderamento político, entre outros. No entanto, a forma como as comunidades se envolvem nas atividades de planejamento e operacionalização do turismo, pressupõe considerar a categoria trabalho, principalmente, diante da flexibilização do capital que, cada vez mais, incorpora os trabalhadores nas diversas esferas da vida social e pessoal como empreendedores.

A afirmativa que o turismo comunitário representa uma prática social contra-hegemônica também precisa ser melhor discutida, pela conexão e dependência que o modelo exerce com a superestrutura global da indústria turística; pela participação e mediação dos agentes externos na organização da atividade; pela reprodução do discurso da sustentabilidade por configurar suas premissas nas simples oposições acadêmicas; e pelas pesquisas que, buscando um sentido valorativo, expõem uma visão superficial da realidade ou favorecem as generalizações e os estereótipos que fazem parte da construção histórica das comunidades tradicionais.

Nesse contexto, considero que o estudo interdisciplinar do turismo continua sendo uma via importante para discutir seus desdobramentos teóricos e práticos, e menciono as contribuições da Antropologia para pensar as relações de contato entre visitantes e visitados, refletir sobre as relações entre colonialidade e globalização, problematizar o conceito de cultura como algo onipresente, desconstruir dicotomias e dualismos acadêmicos, e contestar o discurso de sustentabilidade a partir de uma forma hegemônica de ver o mundo.

REFERÊNCIAS

ADELL, M. J. B.; Ochoa Ochoa M. E. (2020). El turismo comunitario como herramienta de desarrollo de los pueblos indígenas: interrogantes en el caso de los shuar del Alto Nangaritza (Ecuador). *Hallazgos*, 17 (34), p. 55-78. Disponível em: <https://revistas.usantotomas.edu.co/index.php/hallazgos/article/view/5450/5751>

ASSIS, G. S. A cultura ribeirinha como fator de atratividade para o turismo no Arapiuns/PA: uma análise sobre a colonialidade do saber amazônico. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v.8, n.3, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44898>

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zajar, 2003

CÃNADA MULLOR, E. *Turismo comunitario em Centroamérica: experiencias y aprendizajes*. Coleccion Mejores Practicas. Managua, 2014.

FARIAS, M. F.; MEDEIROS, V. C. F. A.; OLIVEIRA, A. F. B.; FERREIA, L. V. F. Perspectiva sobre o turismo de base local na comunidade quilombola Negros do Riacho. *Revista Turismo e Sociedade*. v.15, n. 2. 2022. Disponível em: <https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=16066>

FAXINA, F.; FREITAS, L. B. A. Análise da implantação do turismo comunitário em Terra Caída, Sergipe, Brasil. *Revista Turismo Visão e Ação*. v. 23. n. 1. 2021. p. 242-262. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/7PmL7jxCrb9GWHLnzygdwJ/>

GRUNEWALD, R. A. Turismo Pataxó: da renovação identitária à profissionalização das reservas. In: *Agália: Revista de Estudos na Cultura - turismo em terras indígenas*. 2015. Disponível em: <https://agalia.net/Agalia/Turismo-em-Terras-Indigenas-2015.pdf>

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*. v. 33, n.1. 2010. p. 6-25. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777>

INGOLD, T. *Culture, nature, environment: steps to an ecology of life*. In: *Ingold, T. (Org.). The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London and New York: Routledge, 2000.

INGOLD, T.; KURTTILA, T. Percebendo o ambiente da Lapônia finlandesa. *Revista Campos*. v. 19. n.1, 2018. p. 169-182. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/55908>

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letras e Imagem, 2010. p. 108-121.

LIMA, M. A. G; IRVING, M. A. e OLIVEIRA, E. Decodificando narrativas de políticas públicas de turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária. *Revista Brasileira de Pesquisas em Turismo*. 2022, p. 1-15. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2094>

MEDEIROS, V. C. F. A.; AZEVEDO, F. F.; FARIAS, M. F. Experiências comunitárias e o processo de desenvolvimento do turismo de base comunitária nas praias de Batoque e Canto Verde. Caderno Virtual de Turismo. v. 25. n. 1 2023. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/2017>

NEUDEL, Y. La experiencia del turismo comunitario em Yunguilla, Ecuador y su impacto sociocultural em la comunidad. **Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales Ecuador**. 2015. Disponível em: <http://revistas.flacsoandes.edu.ec/letrasverdes/article/view/1659>

OLIVEIRA, A. A. N.; DIÓGENES, C. M.; ALMEIDA, D. M. F. Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Caderno de Geografia**. 2021. p.67-80. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9018398>

PRATT, M. L. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora do foco. Revista Travessia. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/14665>

SALES, G. A. F.; SALLES, M. R. R. Hospitalidade em rede: turismo comunitário e economia solidária no Ceará. Cadernos CERU, v. 21. n. 2, 2010. p. 122-138.

SANTOS, B. R.; NASCIMENTO, A. F.; ARAÚJO, H. R. Narrativas sobre conflitos socioambientais e inserção do turismo comunitário na comunidade de Pinheiros-MG. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 16, n. 2. 2023. pp 158-181. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/14243/10644>

SHUAIPI, F. El Legado Colonial en el Turismo Comunitario: El Caso de Valle de Elicura. Independent Study Project (ISP) Collection. Paper 1805, 2013. Disponível em: http://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/1805

SOTOMAYOR, A. O.; CUEVA, P. O. Ambiente, sociedad y turismo comunitario: la etnia Saraguro en Loja - Ecuador. Revista de Ciências Sociais. n.2. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/280/28063431015/html/>

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo, Cortez, 2004.

VERA, M. P.; GARCIA, A. P.; e CAMPOS, G. C. El turismo comunitario indígena: reto sociopolítico y oportunidad económica para comunidades mapuche en zonas precordilleranas del sur de Chile. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. 2020. p. 479-493. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6179>